

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Justiça

Dimensão: 901 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 6



## Justiça Juiz Carlos Alexandre interroga Almerindo para chegar a José Sócrates

**Audição ao ex-presidente das Estradas de Portugal andou à volta de um misterioso e curto documento**

O ex-presidente das Estradas de Portugal, Almerindo Marques, foi ouvido pelo juiz Carlos Alexandre a 12 de abril no Tribunal Central de Instrução Criminal. O Expresso sabe que o magistrado estava interessado sobretudo em chegar até a José Sócrates para tentar perceber qual o papel do ex-primeiro ministro na negociação dos contratos das PPP [parcerias público privadas] em 2010. Não terá no entanto tido muita sorte já que Almerindo garantiu que Sócrates não se encontrava presente nessas reuniões.

Na mira de Carlos Alexandre estavam ainda Guilherme d'Oliveira Martins, ex-presidente do Tribunal de Contas, e Mário Lino, ex-ministro das Obras Públicas do Governo socialista.

De acordo com a revista "Sábado", o Ministério Público considera que existem indícios de que o Estado foi prejudicado nas renegociações de 2010 das concessões Scut em 466 milhões de euros e na renegociação dos contratos de subconcessões ocorrida entre 2009 e 2011 num valor de cerca de 3,1 mil milhões de euros. No entender do MP, a opção pelos contratos PPP tinha como principal objetivo não agravar a fatura do Estado com a construção de autoestradas.

O juiz perguntou a Almerindo Marques — que foi ao TCI para memória futura porque tem problemas de saúde — sobre o que sabia acerca de um curto documento, alegadamente manuscrito, que terá chegado naquele altura às mãos do então presidente das Estradas de Portugal.

O Expresso sabe que esse documento seria uma espécie de guião sobre como ultrapassar um obstáculo chamado Tribunal de Contas. De acordo com fonte próxima do processo, o papel misterioso teria sido entregue "por alguém do próprio Tribunal de Contas, com o conhecimento de uma pessoa do Governo, a um quadro das Estradas de Portugal,

que não o Almerindo Marques". Este terá tido conhecimento do mesmo, embora tenha referido que não concordaria com o conteúdo do papel com as instruções. "Não se chegou a grandes conclusões sobre o documento", diz ao Expresso uma fonte do processo.

De acordo com a "Sábado", o ex-presidente das Estradas de Portugal garantiu ter participado em reuniões com elementos do Tribunal de Contas e membros do Governo de José Sócrates para encontrar uma solução

para a recusa de visto daquele tribunal aos contratos das subconcessões do executivo liderado por Sócrates.

Contactado pelo Expresso, João Barroso Neto, advogado de Almerindo Marques, confirma a realização deste interrogatório para memória futura no Tribunal Central de Instrução Criminal. "Almerindo Marques já antes tinha prestado declarações na Justiça", acrescenta. O advogado recusa-se no entanto a avançar com qualquer tipo de informação sobre o que foi dito na audição.

Almerindo Marques entrou e saiu como testemunha daquele tribunal. Já outros responsáveis políticos poderão vir a ser constituídos arguidos em breve no âmbito deste processo-crime aberto há oito anos pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e em que já foram ouvidas mais de 60 testemunhas.

Ainda segundo a "Sábado", deverão vir a ser chamados a depor, e a ser formalmente suspeitos, nomes como Mário Lino; António Mendonça, ex-ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Teixeira dos Santos, ministro de Estado e das Finanças; Paulo Campos, secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações e Carlos Costa Pina, secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Em causa poderão estar em causa crimes como gestão danosa, tráfico de influência, corrupção, abuso de poder ou recebimento indevido de vantagem.

**Na comissão parlamentar de inquérito da Caixa**

Almerindo Marques deverá ser ouvido no final do mês na Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD). Foi administrador daquele banco de janeiro de 2000 a janeiro de 2002.

Em fevereiro último o "Jornal Económico" revelou que quando esteve na Caixa Almerindo Marques denunciou "dezenas de operações de crédito" na CGD quando o banco estatal era presidido por António de Sousa, tendo pelo menos uma das suas cartas chegado ao então Presidente da República, Jorge Sampaio.

Almerindo, que criticava operações "péssimas" para a CGD, também expôs os problemas ao governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, mas este alegou não ter recursos para auditar o maior banco do país. Temas que deverão animar a audição de Almerindo Marques no Parlamento.

HUGO FRANCO e MIGUEL PRADO  
hfranco@expresso.impresa.pt



FOTO TIAGO MIRANDA